Sobre o Poder: Religião e Política

Profa. Dra. Neusa Romero Barazal*

RESUMO

As sociedades humanas funcionam através de padrões culturais próprios que têm normas, regras, leis, convenções, ações, ou seja, um conjunto de valores materiais e espirituais que pretendem manter o equilíbrio e o funcionamento das mesmas. Para tanto, são estabelecidas relações de **Poder** capazes de transformar possibilidades em atitudes comportamentais dos agentes sociais. Dentre os exemplos, pode-se citar a **Religião** com a função de estabelecer o sentido da vida, do sofrimento, da morte, da esperança no futuro. Trata-se de uma instituição poderosa e duradoura. Outro exemplo é o da **Política** manifesta por intermédio do Estado moderno e laico que detém os atos de ordenação e proibição de um determinado grupo social, em determinado território, assim como, sua defesa e sua derrubada. No entanto, na dialética entre as concepções religiosas e o racionalismo do Estado moderno, observa-se o caso das eleições de 2018 no Brasil.

Palavras-chave: Cultura; Poder; Religião; Política; Eleição

ON POWER: RELIGION AND POLITICS

ABSTRACT

Within their own cultural patterns, human societies have norms, rules, laws, conventions, and actions in which are operated as a set of material and spiritual values aiming balance power functioning. For that, **Power** relations are established, capable of transforming possibilities into of social agents' behavioral attitudes. Among the examples, one can mention **Religion** regarding the establishing function of life meaning, suffering,

* Doutora em Ciências Sociais - Relações Internacionais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Integração da América Latina, pela USP – PROLAM – Programa Integração América Latina. Professora no Centro universitário Fundação Santo André.

death or future hope. It is a powerful and lasting institution. Another example is **Politics** as manifested through a modern and secular State that holds the acts of ordering and prohibiting a particular social group in a given territory, as well as its defense and overthrow. However, in the dialectic between religious conceptions and rationalism of the modern State, the 2018 elections in Brazil is observed.

Keywords: Culture; Power; Religion; Politics; Election.

Nenhuma sociedade humana, nenhum povo, nenhuma comunidade jamais agirá de forma idêntica aos demais. Poderá haver semelhanças. Isto tem a ver com os padrões de conduta ou padrões culturais que compreendem normas, regras, leis, convenções, ações e um conjunto de valores materiais e espirituais que os indivíduos assimilam com o objetivo de manter o equilíbrio e o funcionamento normal das sociedades.

Vale dizer que esses fenômenos culturais se encontram em um processo de transformação constante e, sem eles, o homem estaria impossibilitado de criar sua sociedade. Sua personalidade e suas características pessoais serão moldadas pelas normas, padrões de conduta do seu meio social. Portanto, a Cultura funciona como um sistema de comunicação cujo código precisa ser compreendido pelos indivíduos que dela participam. Daí a sua importância no entendimento da vida social.

Nesse sistema de comunicação da vida social humana a Fé no Sagrado é uma manifestação universal, constata-se a não existência de sociedade sem Religião. Encontra-se desde o passado até hoje os estados religiosos que se traduzem em atitudes, atos e hábitos de espírito que foram sendo adquiridos pelos indivíduos no transcurso dos séculos, tornando-se hereditários e coletivos. Segundo Bergson (1978), a Religião obedece a instintos virtuais e reais relacionados às exigências fundamentais da vida que se transformam em consciência moral. No entanto, nenhuma definição singular ou simples bastará para definir o termo: Religião. Isso porque, “as definições dos dicionários (como, por exemplo, “o reconhecimento humano do poder sobrenatural”, “a crença em Deus”, “qualquer sistema de fé e de culto”) são frequentemente perifrásticas, preconceituosas ou tão genéricas que se tornam inúteis” (HINNELS, 1984: p.217).

Aqueles que definem o termo Religião estão sujeitos ao erro porque a real constatação da universalidade do fenômeno religião não permite que lhe seja atribuída um significado totalizante e universal que compreenda todas as suas manifestações particulares e singulares. Daí a proposição de alguns estudiosos sobre o emprego de nomes próprios para as chamadas religiões seja substituído pela terminologia “a religião de” (um povo ou uma área cultural). O fenômeno totalizante e universal é o da existência da Fé no Sagrado.

De modo abrangente, pode-se dizer que a função exercida pela Religião diz respeito a questões de significação como, o sentido da vida, do sofrimento e da morte, assim como dos meios adequados para se manter a esperança num futuro melhor que são adotadas em diferentes culturas, estando diferente em sensibilidades e interpretações dos indivíduos. Não são menores as variações nas formas sociais dos significados ao longo dos períodos de tempo. Tudo isso ajudou a “estabelecer a religião como instituição poderosa e duradoura em virtualmente todas as sociedades conhecidas, embora não seja necessário que os indivíduos a compreendam e aceitem. Em outras palavras, a religião é uma qualidade potencial da experiência humana para a qual nenhum limite pode ser fixado por definição” (OUTHWAITE *et al.* 1993: p.659).

Como qualidade da experiência humana, outra função da Religião que se observa ao longo da história, diz respeito à utilização de preceitos sagrados como base para o ordenamento político. Nesse caso, o Poder que é exercido pelo homem acontece sob a forte influência da autoridade divina representada na Terra. Em muitos exemplos, a legitimidade dessa autoridade divina é entendida através de uma encarnação humana. Em outros, há o reconhecimento de uma hierarquia sacerdotal que interfere na vida sagrada e profana de toda a sociedade. Em ambos os exemplos, observa-se a subordinação do laico ao sagrado gerando o “governo de Deus” ou a teocracia que devido a um mandato divino, assume a tarefa de prover o bem-estar do povo.

São muitas as situações históricas que apresentaram e apresentam regimes teocráticos na organização política de diferentes povos. São registrados casos como “o Tibete do Dalai Lama, o Japão Imperial, o Egito faraônico, e em termos bastante conspícuos a organização política do povo hebreu durante o período sacerdotal [...], o Ocidente entre

o final do Século XI e o início do Século XIV, por obra do papado” (BOBBIO; MATTEUCCI; PAQUINO, 1995: p. 1237).

A título de ilustração Santo Agostinho, em sua obra *De Civitate Dei*, defende a ideia de uma subordinação necessária do Estado à Igreja. A observação da implantação dessas ideias no período medieval mostrou que ao Estado era vedada toda interferência em matéria eclesial e, à Igreja, não era interdita a ingerência no campo temporal. Tudo isso porque se partiu da premissa de que o poder espiritual é superior a todo o poder terreno, e, quando há erros terrenos, eles serão julgados pelo poder espiritual. Mais adiante, historicamente falando,

a reforma protestante, ao romper a unidade religiosa europeia, marca o ocaso definitivo do sistema teocrático [e] com base nesta teoria, a Igreja conserva o poder de julgar e condenar a atividade do Estado e dos soberanos todas as vezes em que a mesma puser de qualquer maneira em perigo a salvação das almas (BOBBIO; MATTEUCCI; PAQUINO, 1995: p. 1238).

Com o surgimento das concepções modernas a respeito da autonomia entre Religião e Política, foi sendo adotado o conceito de *laicismo* que passará a distinguir Estado de Igreja e será defendido por vários pensadores da época como John Milton e John Locke que em sua obra *Tratado sobre a Tolerância*, defende que o Estado não tem poder em matéria espiritual enquanto que a Igreja não tem poder em matéria temporal. Em outras palavras, não cabe ao primeiro emitir juízos a respeito de religião e fé, e a Igreja deve restringir sua autoridade ao campo espiritual.

Desse modo, o racionalismo moderno passará a submeter às verdades definitivas o controle permanente da razão e, conseqüentemente, ter-se-á a exclusão da verdade absoluta (sagrada) no seu radar de entendimento da verdade. Portanto, a adoção do espírito leigo moderno produzirá um democratismo agnóstico onde o Estado, manifestação do interesse nacional, terá por dever permitir a Religião como manifestação de fé de seu povo e de favorecer o culto religioso. A liberdade de manifestação religiosa passará a conviver com a liberdade de crítica às Religiões.

A maioria dos Estados modernos passará a reivindicar a *laicidade* como princípio norteador de sua constituição, apoiada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 pela Organização das Nações Unidas – ONU reconhecendo o direito à liberdade de religião, de crença, de práticas, de culto, de observação dos ritos de forma privada ou pública, particular ou em comunidade.

Voltando ao conceito de Cultura como sendo o sistema de comunicação da vida social humana, o Poder é uma manifestação universal ao constatar-se a não existência de sociedade sem o Poder. Ao considerar o Poder em seu sentido especificamente social pode-se observar um leque de manifestações que vão desde a capacidade de agir com poder; do poder do homem sobre o homem; do homem ser sujeito e objeto do poder social; do Governo estabelecer ordens aos cidadãos; do poder do homem sobre a natureza e da utilização de seus recursos; e outras formas manifestas de Poder terreno. Resumidamente pode-se dizer que há o Poder sobre homens, sobre a natureza e sobre as coisas que se relacionam entre si.

Além do mais, o exercício do Poder tem a capacidade de determinar o comportamento dos envolvidos quando se transforma em atitudes, passando de possibilidades à ação. Pode-se dizer que não existe relação social onde o Poder não se faça presente influenciando indivíduos ou grupos de indivíduos como, por exemplo, pequenos grupos de produção, de famílias, de classes sociais, etc. Desse modo, o conceito de Poder serve para interpretar diferentes aspectos da sociedade, mas o seu papel mais destacado acontece na Política. A Política entendida como forma de atividade que está estreitamente ligada ao Poder, é uma atividade geral do ser humano, isto é, está em toda a sua história. Assim compreendida, não se deve confundi-la com o Estado, que é apenas uma de suas manifestações históricas.

A Política em seu significado clássico e moderno deriva de *polis* que representa tudo que se refere à *cidade*, urbano, civil, público, sociável. Cabendo aqui a explicação de que a Política se expandiu graças à influência da obra de Aristóteles, intitulada Política que é considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, a função e as divisões do Estado. Nas palavras de Aristóteles tem-se que

o homem é, por sua natureza, como dissemos desde o começo ao falarmos do governo doméstico e do dos escravos, um animal feito para a sociedade civil. Assim, mesmo que não tivéssemos necessidade uns dos outros, não deixaríamos de desejar viver juntos. Na verdade, o interesse comum também nos une, pois cada um aí encontra meios de viver melhor. Eis, portanto, o nosso fim principal, comum a todos e a cada um em particular. Reunimo-nos, mesmo que seja só para pôr a vida em segurança. A própria vida é uma espécie de dever para aqueles a quem a natureza a deu e, quando não é excessivamente cumulada de misérias, é um motivo suficiente para permanecer em sociedade. Ela conserva ainda os encantos e a doçura neste estado de sofrimento, e quantos males não suportou para prolongá-la! (ARISTÓTELES, 1998: p. 53).

Dessa forma, cabem à esfera da Política os atos de ordenação e proibição de alguma coisa com efeitos vinculadores a todos os membros de um determinado grupo social, sobre um determinado território como a conquista, a manutenção, a defesa, a derrubada do poder estabelecido.

Para Max Weber, as relações de mando e de obediência, mais ou menos confirmadas no tempo, e que se encontram tipicamente na política, tendem a se basear não só em fundamentos materiais ou no mero hábito de obediência dos súditos, mas também e principalmente num específico fundamento de legitimidade. Deste Poder legítimo, que é muitas vezes designado pela palavra Autoridade, Weber especificou três tipos puros: o Poder legal, o Poder tradicional e o Poder carismático. O Poder legal, que é característico da sociedade moderna, funda-se sobre a crença na legitimidade de ordenamentos jurídicos que definem expressamente a função do detentor do Poder. [...] O Poder tradicional funda-se sobre a crença no caráter sacro do Poder existente “desde sempre”. [...] O Poder carismático, enfim, está fundado na dedicação efetiva à pessoa do chefe e ao caráter sacro, à força heroica, ao valor exemplar ou ao Poder de espírito e da palavra que o distinguem de modo especial. A fonte do poder se conecta com o que é novo, com o que não existiu nunca, e por isso o Poder tende a não suportar vínculos predeterminados. Quem comanda verdadeiramente é o líder e aqueles que prestam obediência são os discípulos (BOBBIO; MATTEUCCI; PAQUINO, 1995: p. 940).

Max Weber concebe as relações de Poder enfatizando a importância da legitimidade daqueles que detêm a Autoridade sobre os seus súditos. Não existe continuidade da Política se ela não tiver seus alicerces de comando e de obediência, reciprocamente, sem o elemento de legitimação que é a Lei (burocracia), a Tradição (patriarcado) ou o Carisma (espírito e palavra ou graça pessoal) daquele que governa. Para Weber (1997), como todas as associações políticas que historicamente precederam o Estado moderno, verifica-se uma relação de dominação de homens sobre homens, que se sustentam por meio da violência legítima. Para sua subsistência necessita que os dominados acatem a autoridade que pretendem ter aqueles que no momento dominam.

Nesse sentido, a legitimidade da autoridade exercida pelo governante serve para sustentar o Estado moderno (que corresponde ao movimento de racionalização da civilização moderna), definido por uma associação política que detêm a violência no sentido de todo Estado estar fundado no exercício de uma violência legitimada pelo *direito*.

Ao voltar-se a atenção para o Estado moderno, cuja estruturação se dá através do *direito*, onde se dá a passagem da legitimidade para a esfera da legalidade, tem-se como discurso a adoção da liberdade política, a igualdade de participação dos cidadãos frente ao poder. O ordenamento jurídico do Estado moderno respeita o indivíduo e seus direitos naturais, sobretudo no campo da economia, frente ao Estado absoluto de até então. Dá-se a constituição do Estado moderno como Estado social que se faz através de seu aparelho e de sua função de gestão da ordem social. Sua operacionalização acontece,

de um lado, comportando uma racionalização do direito com as consequências que são a especificidade do poder legislativo e judiciário, bem como a instituição de uma polícia encarregada de proteger a segurança dos indivíduos e de assegurar a ordem pública; de outro lado, apoia-se em uma administração racional, baseada em regulamentos explícitos, que lhe permitem intervir nos domínios mais diversos, desde a educação até a saúde, a economia e mesmo a cultura; enfim dispõe de uma força militar por assim dizer permanente” (FREUND, 1966: p.159).

Naturalmente, surgem críticas aos postulados racionalistas na elaboração do direito moderno quando se evidencia que a realidade física

não é totalmente conforme ao que se considera ser racional e quando a não-racionalidade da realidade (ou uma parte dela) tem de ser reconhecida, como transferi-la para o texto legal? Na estruturação legal do Estado moderno é condição indispensável que se aceite a maneira como o Direito se revela estabelecido pelo sistema político vigente. No entanto, isso pode não corresponder com as ideias grandiosas sobre a Liberdade, a Justiça, a Democracia e outros temas caros que são reproduzidas pela razão humana. Portanto, a construção de um Estado moderno e laico representa um grande desafio quando se depara com as concepções meramente racionalistas, de um lado, e as concepções morais e religiosas, de outro. Esse é o desafio da síntese a ser desenvolvida pelo homem e sua sociedade plural e inclusiva. Voltando a Pascal,

uma revelação divina tem de ser aceita (ou rejeitada), mas não pode ser posta em dúvida só porque não é racional. Da mesma maneira, em ciência, os fatos têm de ser aceitos, estejam ou não em conformidade com as expectativas da razão. Portanto, a despeito de sua estrita distinção metodológica entre ciência e teologia, o método científico de Pascal traz a marca de sua fé religiosa [...] Pascal não era irracionalista, pois considerava a razão como o dom mais sublime do homem – “toda a nossa dignidade reside no pensamento” (HOOYKAAS, 1998: p.69).

Como Pascal, muitos protagonistas modernos estabeleceram o paralelo entre suas concepções religiosas e o racionalismo científico ou moderno, método adotado pela maioria dos Estados modernos e laicos. Daí que a operacionalização da moralidade e da racionalidade na sociedade moderna produz códigos de conduta em constante construção.

Trazendo a discussão teórica para uma situação concreta, pode-se pensar o momento político vivido no Brasil durante o processo eleitoral de 2018, notando-se que a vitória de Jair Bolsonaro, que assumirá a Presidência da República em janeiro de 2019, se deu como um fenômeno que a muitos surpreendeu frente ao *status quo* político que se consolidou no País desde 30 anos. A Constituição da República Federativa do Brasil, que evidencia o Estado laico, completou 30 anos em 2018.

No entanto, nos últimos anos tem-se percebido a corrosão de Instituições abaladas pela corrupção. As descobertas e denúncias não deixaram de se reproduzir dia-a-dia envolvendo os mais diversos cargos

políticos da República. Como consequência, o processo de deterioração da realidade brasileira nos mais diversos campos da vida que vão desde saúde, educação, segurança. A descrença de que crimes de “colarinho branco” pudessem ser punidos exemplarmente levaram a população a um estado de desânimo generalizado.

Com a instalação da Operação Lava Jato, o Ministério Público, a Polícia Federal e o Judiciário devolveram um pouco de alento para uma população em crise pela quebra dos códigos de conduta de muitos dos políticos corruptos ao verificar que, alguns deles foram sentenciados e presos. No entanto, os meios de comunicação continuaram apresentando denúncias de malfeitos diários passando a sensação de que as punições não estavam atingindo seus objetivos de intimidação aos demais corruptos que continuaram e continuam delinquindo.

A partir daí, instala-se a crise política, social, econômica e ética que atinge de forma generalizada a população brasileira gerando o sentimento de autodefesa de uma grande parcela de pessoas que, defensoras e preocupadas com o espírito do dever que é responsável pela alma da cultura, decidiu valorizar a ideia da obrigação moral consigo e com os demais. A vontade de conciliação entre os valores e os interesses, entre o princípio dos direitos dos indivíduos e os contratos da vida social serviram como contraponto ao estado de coisas que ocorrem atualmente no Brasil. Boa parte dessa população encontrava-se muda e atônita diante dos acontecimentos sem um espaço comum de manifestação de seus sentimentos. O movimento de 2013 que levou muitos brasileiros às ruas para manifestar seu descontentamento com a conjuntura brasileira serve aqui de exemplo. Curiosamente, muitos analistas ficaram sem saber o que havia acontecido ou motivado ou promovido tal fato por conta da espontaneidade e da falta de uma liderança para um movimento de dimensões nacionais. O sentimento de descontentamento fez “emergir o monstro da lagoa” que voltou a silenciar apesar dos apelos feitos por diversos movimentos organizados e instituídos com intuito de cooptar o movimento caracteristicamente espontâneo. Foi em vão.

A crise de representação política e a falta de perspectiva no futuro depararam com a racionalidade técnica e positivista da cibernética que através das redes sociais permitiu um novo processo de comunicação que, virtualmente e informalmente, produziu a aproximação e a iden-

tificação dessa massa de gente que encontrou o espaço para a sua manifestação, fora dos demais meios de comunicação tradicionais, sem se fazer perceber ou sendo ignorados por aqueles que estavam fora dessa grande “bolha de insatisfeitos reunidos”.

A “bolha” encontra e identifica em seu espaço virtual o fenômeno da indignação com os últimos acontecimentos e, ao mesmo tempo, o transforma no discurso anti-situação, anti-sistema propondo a retomada do Brasil pela recuperação da fé no futuro. Nesse contexto, constrói-se um discurso da responsabilidade humana frente ao trabalho de fazer face aos desafios da consciência, da unidade para a superação dessa fase que exige autocontrole, retificação e inovação conjunta para a manutenção da democracia, porém, suplementada pela moral dos costumes brasileiros. Diante de tamanho desafio e frente a tantos discursos desencontrados, foi aquele que aproxima a política à religião que ganha eco junto à boa parte desses cidadãos brasileiros.

Com esse objetivo os brasileiros escolheram o caminho alternativo das urnas que se expressou no *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Em outras palavras, o Brasil, um Estado moderno de direito e laico que está acima de tudo, devendo ser respeitado enquanto tal, sendo tutelado por Deus que é colocado hierarquicamente acima de todos indiscriminadamente.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **A Política**. 2 ed. São Paulo. Livraria Martins Fontes. 1998.
- BERGSON, Henri. **As duas fontes da Moral e da Religião**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1978.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. V2. 8ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1995.
- FREUND, Max. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária. 1987.
- HINNELL, John R. **Dicionário das Religiões**. São Paulo. Círculo do Livro. 1984.
- HOOYKAAS, R. **A Religião e o Desenvolvimento da Ciência Moderna**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1988.
- OUTHWAITE, Willian *et al.* **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1993.